

## **PARECER JURÍDICO**

Ementa: Análise jurídica do texto do Segundo Termo Aditivo de reequilíbrio ao Pregão Eletrônico nº. 021/2021 – Contrato nº 20210090, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itaituba e VIBRA ENERGIA S.A., Art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Pelo prosseguimento, face a sua legalidade e regularidade.

### **Da Possibilidade de Reequilíbrio Econômico - Financeiro**

Trata-se de solicitação encaminhada para o Setor de Licitações e Contratos, nos termos no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) na qual requer análise jurídica da legalidade do texto do Segundo Termo Aditivo de reequilíbrio econômico-financeiro do valor do Item 2 e alteração na forma de pagamento do PE nº 021/2021, para aquisição de combustíveis.

A empresa contratada apresentou requerimento (09 laudas) solicitando o reequilíbrio econômico financeiro, diante de todos os fatos lá aduzidos. Ao final requereu: *“19.1. Alteração dos percentuais de desconto para novos percentuais conforme planilha anexa. (Anexo I); 19.2. Ou, subsidiariamente, manutenção dos percentuais de desconto já praticados, porém, alterando-se o referencial de preços dos contratos atuais, deixando de ser utilizado o ATO COTEPE para ser utilizada a PESQUISA DE PREÇOS MÉDIOS DA ANP do referido município, Itaituba-Pa”*. Diante de tratativas entre Contratada e Contratante, restou entabulado que o percentual do Item 2 do Contrato, passaria de 8,5% para 9,5%, bem como, alterando a forma de pagamento, deixando de ser utilizado o ATO COTEPE (CONFAZ) para ser utilizada a PESQUISA DE PREÇOS MÍNIMO DA ANP do Município de Itaituba.

### **Do Valor do Reajuste. Alteração no Percentual de desconto**

Em razão do presente Aditivo o valor unitário do item 2 – DIESEL S-10, passa de 8,5% para 9,5%.

### **Da forma de pagamento**

A Contratante utilizará a pesquisa de preços mínimos da ANP do Município de Itaituba – PA, deixando de utilizar o ATO COTEPE (CONFAZ), no intuito de promover a atualização do preço contratado.

### **Da Fundamentação Legal**

No presente caso, a alteração prevista está amparada no artigo 65, inciso II, alíneas “c” e “d”:

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*II - por acordo das partes:*

*c) quando necessária a forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, ...*

*d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);*

Logo é perfeitamente legal e regular a alteração do valor do Pregão Eletrônico nº 021/2021 para efeitos de reequilíbrio econômico financeiro.

Ante o exposto, opina essa consultoria jurídica, em relação ao Segundo Termo Aditivo ao PE nº 021/2021 trazido para análise, pelo seu integral cumprimento e execução, em face de sua integral legalidade e regularidade.

É o parecer e a justificativa.

Itaituba – PA, 31 de janeiro de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**Atemistokhles A. de Sousa**  
Procurador Jurídico Municipal  
OAB/PA n. 9.964